

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES II (2020)

TURMA B

PROGRAMA

REGENTE: PROF. DOUTOR JOSÉ ALBERTO VIEIRA

CAPÍTULO VII

ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

- 98. Configuração dogmática do enriquecimento sem causa
- 99. Modalidades de enriquecimento sem causa
 - 99.1. O enriquecimento por prestação
 - 99.2. O enriquecimento por intervenção
 - 99.3. O enriquecimento decorrente de despesas efectuadas por outrem
 - 99.4. O enriquecimento por desconsideração do património
- 100. Pressupostos genéricos do enriquecimento sem causa
- 101. A obrigação de restituição por enriquecimento sem causa
 - 101.1. Objecto da obrigação de restituição
 - 101.2. Agravamento da obrigação de restituir
 - 101.3. Transmissão da obrigação de restituir
 - 101.4. Prescrição do direito de restituição

CAPÍTULO VIII

GESTÃO DE NEGÓCIOS

- 102. Conceito e função da gestão de negócios
- 103. Pressupostos legais da figura
- 104. Deveres do gestor para com o dono do negócio
- 105. Deveres do dono do negócio para com o gestor
- 106. Aprovação da gestão, não aprovação e responsabilidade civil do gestor
- 107. Posição do dono de negócio perante terceiros

108. Gestão imprópria de negócios e gestão de negócio alheio julgado próprio

CAPÍTULO IX

O CUMPRIMENTO OBRIGACIONAL

109. Noção. Terminologia

110. Princípios do cumprimento

111. Legitimidade. Legitimidade activa e passiva

111. O tempo da prestação

112. O lugar da prestação

113. A imputação do cumprimento

114. A prova do cumprimento

115. Os efeitos do cumprimento

116. A natureza do cumprimento

117. A pós-eficácia obrigacional. *Culpa post factum finitum*. Noção e dogmática geral

CAPÍTULO X

O NÃO CUMPRIMENTO

118. Noção

119. Modalidades de não cumprimento

120. O retardamento na realização da prestação

120.1 A mora do devedor. Regime jurídico

120.2 A mora do credor. Regime jurídico

120.3 Mora e incumprimento definitivo. A conversão da mora em incumprimento definitivo

120.4 A declaração de não cumprimento

121. A impossibilidade da prestação. Noção

121.1 Impossibilidade imputável ao devedor, ao credor ou a terceiro

121.2 Modalidades. Regime jurídico

121.3 O *commodum* de representação

121.4 O risco

122. A não realização da prestação

123. O cumprimento defeituoso

124. Os efeitos jurídicos do incumprimento obrigacional

124.1 A excepção de não cumprimento do contrato

124.2 A responsabilidade contratual. Pressupostos. O dever de indemnizar.

Interesse contratual positivo e interesse contratual negativo

124.3 Responsabilidade contratual por actos de terceiros

124.4 Responsabilidade contratual por actos de representantes ou auxiliares

124.5 O direito à resolução do contrato. A cláusula resolutiva tácita

124.8 A acção de cumprimento

124.9 A execução específica

124.10 Acção executiva. A responsabilidade patrimonial

124.11. Sanção pecuniária compulsória

124.12 Outros efeitos

125. A fixação contratual dos direitos do credor

125.1 A limitação da responsabilidade

125.2 A cláusula penal

125.3 O sinal

125.4 A cessão de bens aos credores

CAPÍTULO XI

A MODIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

126. A modificação obrigacional

127. Modalidades

128. A alteração das circunstâncias

129. O desequilíbrio financeiro

CAPÍTULO XII

A TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 130. A transmissibilidade geral das obrigações
- 131. A cessão de créditos. Regime jurídico
- 132. A sub-rogação. Modalidades e regime jurídico
- 133. Assunção de dívida. Regime jurídico
- 134. Cessão de posição contratual

CAPÍTULO XIII

A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ALÉM DO CUMPRIMENTO

- 135. Factos extintivos não sucedâneos do cumprimento
 - 135.1 A resolução contratual
 - 135.2 A denúncia contratual
 - 135.3 A revogação do contrato
 - 135.4 A caducidade
 - 135.5 Outros factos extintivos
- 136. Factos extintivos sucedâneos do cumprimento
 - 136.1 Dação em cumprimento. Regime jurídico
 - 136.2 Consignação em depósito. Regime jurídico
 - 136.3 A compensação. Regime jurídico
 - 136.4 A novação. Regime jurídico
 - 136.5 A remissão. Regime jurídico
 - 136.7 A confusão

CAPÍTULO XIV

A GARANTIA DAS OBRIGAÇÕES

- 137. A garantia das obrigações. O princípio da responsabilidade patrimonial
- 138. Modalidades de garantias
- 139. Conservação da garantia patrimonial
 - 139.1 Acção de nulidade
 - 139.2 Sub-rogação do credor ao devedor

- 139.3 Impugnação pauliana
- 139.4 Arresto
- 140. Garantias obrigacionais
 - 140.1 Prestação de caução
 - 140.2 Fiança
- 141. Garantias reais
 - 141.1 Consignação de rendimentos
 - 141.2 Penhor
 - 141.3 Hipoteca
 - 141.4 Privilégios creditórios
 - 141.5 Direito de retenção

Bibliografia básica de apoio:

- Cordeiro, António Menezes – Tratado de Direito Civil, IX, Direito das Obrigações
3.ª ed., 2017
- Tratado de Direito Civil, X, Direito das Obrigações, 2015
- Leitão, Luís de Menezes – Direito das Obrigações, Vol. II, 12.ª ed., 2019
 - Garantias das Obrigações, 2019 (reimpressão)